

jean

**RESUMOS DOS
TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE
CURSO
2019.1**

ISBN: 978-10-822-5626-4
Faculdade Metropolitana São Carlos

ORGANIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Ma. Fernanda dos Santos Cúrcio

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

ISBN: 978-10-822-5626-4

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910

Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CEP: 28.360-000

Site: www.famescbji.edu.br

Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: Tauã Lima Verdán Rangel

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

Ficha Catalográfica
Preparada Pela Biblioteca Marlene Henriques Alves

F143r Faculdade Metropolitana São Carlos.

Resumos dos trabalhos de conclusão de curso : 1. semestre de 2019 / Faculdade Metropolitana São Carlos; organização Neuza Maria de Siqueira Nunes e Tauã Lima Verdán Rangel. – Bom Jesus do Itabapoana, RJ : [s.n.], 2019.

54 p.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web: <http://www.famesc.edu.br/biblioteca/>.

ISBN 978-10-822-5626-4

1. FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS – TRABALHOS ACADÊMICOS - RESUMOS 2. PESQUISA – BOM JESUS DO ITABAPOANA (RJ) – RESUMOS I. Faculdade Metropolitana São Carlos II. Título.

CDD 378.8153

CURRICULUM DOS ORIENTADORES E COORIENTADORES

Alcemar Antônio Lopes de Matos

Especialista em Gerontologia e Geriatria Interdisciplinar pela Fundação Benedito Pereira Nunes, Faculdade de Medicina de Campos.

Carolina Crespo Istoe

Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista *Lato Sensu* em Farmacologia Geral e Clínica pela Faculdade Cathedral.

Cláudia Caixeta Franco Andrade

Doutora em Genética pela Universidade de São Paulo. Mestra em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Fernanda dos Santos Cúrcio

Mestra em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Lívia Mattos Martins

Doutora em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Mestra em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Maria de Lourdes Ferreira Medeiros Matos

Especialista em Gerontologia e Geriatria Interdisciplinar pela Fundação Benedito Pereira Nunes, Faculdade de Medicina de Campos; Especialista em Psicopedagogia Clínica pela Universidade Salgado de Oliveira.

Marcell Viana Borges

Mestre em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Oswaldo Moreira Ferreira

Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista *Lato Sensu* em Direito Civil pela Universidade Gama Filho.

Roberta da Silva Nascimento

Especialista em Saúde da Família (UERJ); Especialista em Saúde do Idoso (UERJ); Especialista em Gestão Educacional e Pedagógica (FAMESC).

Tauã Lima Verdan Rangel

Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES.

Valdeci Ataíde Cápua

Mestre em Direito pelo Centro Universitário Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Direito Previdenciário pela Universidade Anhanguera. Especialista em Direito de Família pela Faculdade São Geraldo. Especialista *Lato Sensu* em Direito Privado pela Faculdade São Geraldo. Especialista *Lato Sensu* em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário Fluminense.

Vânia Márcia Silva do Carmo Brito

Especialista *Lato Sensu* em Saúde Pública pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC). Especialista *Lato Sensu* em Administração de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas.

P R E F Á C I O

Prezado Leitor!

É com grande satisfação que prefaciamos o Caderno de Resumos dos Trabalhos de Curso oriundos dos Cursos de Administração, Ciências Biológicas (Licenciatura), Direito e Enfermagem, apresentados durante o segundo semestre de 2017, na Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

A FAMESC, em sua missão institucional, se apresenta como um agente de transformação e desenvolvimento regional, o quê só é possível por meio do alinhamento entre os eixos estruturantes do ensino universitário, a saber: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além disso, ciente da necessidade de construção de um perfil profissional diferenciado e capaz de atender as demandas da região, a FAMESC idealizou o evento com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas.

Logo, os trabalhos de curso cujos resumos compõem essa iniciativa refletem a dedicação dos discentes e o comprometimento dos professores-orientadores em conduzir processos de construção acadêmico-científicos que atendam tal missão.

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

O ambiente acadêmico deve ser um espaço democrático de contribuições recíprocas, reflexões crítico-científicas e heterogêneo, a fim de compreender dinâmicas e temáticas dotadas de relevância no contexto atual, o que os trabalhos de conclusão de curso espelham em seu processo de concepção e construção.

Convidamos todos à leitura!

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães
Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos

SUMÁRIO

Apresentação – Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel 14

CURSO: DIREITO 16

Discurso de ódio como dispositivo limitador da liberdade de expressão .. 17

Beatriz Flausino França

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

O Útero em Substituição à Luz da Bioética: implicações jusfilosóficas para a concepção do pressuposto da busca da felicidade nas uniões homoafetivas..... 18

Carlos Antonio Cordeiro Zanardi

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Invisibilidade e Lesbianidade em pauta: uma análise do Estado como violador dos direitos humanos prisionais femininos e sexuais..... 19

Isadora Teixeira Glória Vargas

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Informatização e violação de privacidade: uma análise da pornografia de vingança 20

Lara dos Reis Lacerda

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

A Judicialização da Saúde em Bom Jesus do Itabapoana: uma análise do pacto orçamentário..... 22

Larissa Dias Vasconcellos

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

O desvirtuamento do quinto constitucional no Tribunal Regional da 2ª Região

e nos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo..... 23

Lourival Cavichini Neto

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Fragilidades no processo da delação premiada no Direito Brasileiro: Uma análise dos meandros e disrupturas das delações premiadas à luz do caso Alberto Youssef..... 25

Luiz Cláudio de Almeida Queles

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

O instituto do habeas corpus coletivo frente ao entendimento jurisprudencial do STF 26

Luiz Fernando Pimentel da Silva

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

A judicialização da saúde: uma análise do direito à saúde como um direito fundamental e o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca do fornecimento de medicamentos 27

Michele Aparecida Carvalho Coelho Fonseca

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

A responsabilidade da família na promoção do direito educacional 29

Penha Aparecida Andrade Félix

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Alienação parental, desconstrução afetiva da vítima e implicações jurídicas: a síndrome das falsas memórias implantadas e sua repercussão no Direito 31

Raquel da Silva Francisco

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

A Tipificação do Crime de Importunação Sexual: Análise da Lei nº.

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

13.718/2018 32

Renata Mangueira Gomes

Orientador: Prof. Me. Váldeci Ataíde Cápua

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

A privatização do sistema prisional como meio para concretização da função ressocializadora da pena..... 34

Robson Ramos da Silva

Orientador: Prof. Me. Váldeci Ataíde Cápua

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

CURSO: ENFERMAGEM..... 35

Assistência de Enfermagem ao cuidador familiar de paciente com a doença de Alzheimer 36

Alessandra Silva Almeida & Renata do Carmo Teixeira

Orientadora: Profa. Espa. Roberta da Silva Nascimento

A importância da assistência de Enfermagem no cuidado e na prevenção de úlceras de pressão 37

Camila Thomé Garcia & Eloina de Souza Braz

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

Assistência de Enfermagem na Saúde Mental 38

Carla Ferreira de Souza Valinho & Silvana Rangel Costa Pulcherio

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

Ataxia Cerebelar em Bom Jesus do Itabapoana: Uma revisão bibliográfica 39

Elisangela Soares Linhares & Dirce Ferreira Souza

Orientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoe

Os benefícios da higiene bucal em pacientes submetidos à terapia

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

intensiva..... 40

Damiana Luiza da Costa Santos Eufrazio Barbosa

Orientadora: Profa. Espa. Maria de Lourdes Ferreira Medeiros Matos

Coorientadora: Profa. Dra. Claudia Caixeta Franco Andrade

Resistência microbológica à antibióticos: causas e prevenção..... 42

Hellen Gonçalves de Medeiros

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

**Dados epidemiológicos e estratégias de prevenção da tuberculose na
Microrregião de Itaperuna 43**

Ingrid Bianca de Oliveira Silva & Pedro Paulo da Silva Souza

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Mattos Martins

Coorientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoé

**Atuação do enfermeiro na capacitação do cuidador de pacientes idosos
portadores de Alzheimer..... 44**

Joana Campos Barreto & Naiara de Souza Pereira

Orientador: Prof. Esp. Alcemar Antônio Lopes de Matos

**Assistência do enfermeiro a paciente depressivo em unidade de terapia
intensiva..... 45**

Joceny Tavares Ferreira Scher & Maria Neide Rosa da Silva Barbosa

Orientadora: Profa. Espa. Maria de Lourdes Ferreira Medeiros Matos

Coorientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

**Ação educativa do enfermeiro na prevenção e tratamento do Herpes
Zoster..... 46**

Jozimar Braga Moreira & Gerusa Vieira

Orientadora: Profa. Espa. Roberta da Silva Nascimento

**A importância do enfermeiro nas manobras de ressuscitação cardiopulmonar
no setor de urgência e emergência..... 47**

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

Karoline de Oliveira Batista

Orientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoé

As redes sociais como ferramenta de alcançabilidade na divulgação da conscientização sobre a importância da doação de órgãos 48

Laryssa Coutinho de Andrade Farolfi Ribeiro

Orientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoé

Assistência de Enfermagem na emergência hipertensiva ao paciente idoso 49

Luan Henrique Nunes Abreu & Daniele Manoel Reis

Orientador: Prof. Me. Marcell Viana Borges

Coorientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

Assistência de Enfermagem a idosos em instituições de longa permanência 50

Luciana Monteiro Oliveira Rangel

Orientadora: Profa. Esp. Roberta da Silva Nascimento

Consequências referentes à demora no diagnóstico do Transtorno Espectro Autista (TEA) 51

Lucimeia Ribeiro Brandão Guimarães

Orientadora: Profa. Esp. Vânia Marcia do Carmo Brito

Coorientadora: Profa. Ma. Fernanda dos Santos Cúrcio

Tratamento da lesão por pressão em pacientes da unidade de tratamento intensivo (UTI) 52

Laudicéia Pereira de Oliveira & Maria José Monteiro Antunes

Orientador: Prof. Esp. Alcemar Antonio Lopes de Matos

A atuação do enfermeiro na abordagem familiar diante de um possível doador de órgãos 53

Valdilene dos Santos de Freitas & Pâmela de Fatima Passalini Couzzi

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

Orientador: Prof. Esp. Alcemar Antonio Lopes de Matos

História e importância da Enfermagem do Trabalho no Brasil 54

Valquíria Aparecida Barbosa Almeida

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), ciente da necessidade de formar profissionais que atendam as demandas da região, idealizou e programou cursos com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas. No que concerne à missão institucional, tem-se: “A FAMESC tem como missão formar profissionais de nível superior, garantindo qualidade, solidez, segurança e modernidade, visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual está inserida”.

São ofertadas aos discentes para a conquista de habilidades que caracterizam o seu perfil profissional, no qual se fundem a competência técnica e conceitual, a capacidade de administrar percepções, disponibilidade para ouvir e a habilidade para negociar; com mente aberta para entender as mudanças e flexibilidade suficiente para se adaptar a elas; do trabalho em equipe, criativo, cooperativo e colaborativo; do domínio de línguas e da tecnologia e, principalmente, a capacidade de pensar estrategicamente e propor soluções inovadoras e decisões profissionais embasadas na ética, no bem-comum e na preocupação com as mudanças da sociedade em busca de desenvolvimento sustentável.

Os perfis dos Cursos se inspiram e se voltam para o contexto sócio regional das Regiões Norte e Noroeste Fluminense em que se insere, bem como regiões circunvizinhas de grande expressão e busca, através da atuação de seus

egressos, a formulação de novos conhecimentos e na sua ação extensionistas, consolidar e aperfeiçoar o processo de crescimento da cidadania e das Instituições que compõem tais regiões.

A partir de tais variáveis para a formação diferenciada de profissionais alinhados com um cenário contemporâneo que reclama novas perspectivas formacionais, a “Coletânea dos Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso”, como iniciativa da Coordenação Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso, se apresenta como uma proposta diferenciada de publicização dos trabalhos de curso produzidos pelos discentes e conduzidos pelos professores-orientadores.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Coordenador Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso

CURSO:
DIREITO

DISCURSO DE ÓDIO COMO DISPOSITIVO LIMITADOR DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Autora: Beatriz Flausino França

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O escopo é analisar o discurso de ódio nas redes sociais como instrumento de limitação da liberdade de expressão enquanto direito fundamental. Para tal, traz-se uma análise quanto a dimensão da dignidade humana e dos direitos fundamentais por meio de uma perspectiva da evolução histórica das dimensões de direito, para então trabalhar na identificação do conflito entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio, bem como suas características mais básicas. A escolha do presente tema se deu pela grande relevância do assunto a ser explorado, uma vez que se mostra atual, em virtude de diversos casos recentes e presentes nas redes sociais. Assim, é observável que análise é impositiva, de modo que a liberdade de expressão não serve, no contexto do Estado Democrático de Direito, como justificativa para estimular a violência, ódio e intolerância. Este trabalho foi desenvolvido utilizando uma metodologia dedutiva, por meio da análise e leitura do material referenciado. O desenvolvimento do trabalho se deu sobre três principais eixos: uma abordagem sobre a evolução histórica do Estado, a construção histórica dos direitos humanos e o discurso de ódio como limitador da liberdade de expressão. A metodologia empregada pautou-se no uso do método dedutivo, bem como, como técnicas de pesquisa, optou-se pela revisão de literatura sob o formato sistemático e pesquisa bibliográfica. Como desfecho, denota-se, portanto, que nenhum direito é absoluto e quando um direito é utilizado para ferir direitos alheios ele não é mais um direito em si, mas já se transformou em um ato ilícito.

Palavras-Chaves: Discurso de Ódio; Redes Sociais; Liberdade de Expressão.

O ÚTERO EM SUBSTITUIÇÃO À LUZ DA BIOÉTICA: IMPLICAÇÕES JUSFILOSÓFICAS PARA A CONCEPÇÃO DO PRESSUPOSTO DA BUSCA DA FELICIDADE NAS UNIÕES HOMOAFETIVAS

Autor: Carlos Antonio Cordeiro Zanardi

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo uma análise sobre a geração de filhos por casais homoafetivos através da técnica de reprodução assistida do útero em substituição e suas implicações jusfilosóficas e bioéticas como um pressuposto de busca pela felicidade. Para tal, fez necessário um estudo e apresentação da evolução do conceito de família na sociedade, assim como um estudo sobre os princípios que norteiam a bioética e os impactos da omissão legislativa sobre o tema. O tema proposto é pertinente dizer que o direito à formação familiar deve ser um direito garantido a todos, independentemente da concepção social sobre o que é ser membro de uma família. A Constituição Federal garante, além da dignidade da pessoa humana, meios de realização das perspectivas de felicidades do indivíduo, dentre elas, a livre formação e planejamento familiar, inclusive utilizando-se dos meios técnicos-científicos disponíveis para tal. O trabalho foi desenvolvido através da análise de artigos científicos, doutrinas, reportagens e legislações, por meio de uma metodologia descritiva e indutiva sobre tais materiais. Ao considerar o princípio da busca pela felicidade como legitimador do reconhecimento das uniões homoafetivas, é possível reconhecer o útero em substituição como instrumento de efetivação do direito de livre formação familiar disponível à casais homoafetivos e que, apesar da omissão legislativa, através da aplicação do direito pelo judiciário brasileiro, bem como por meio de uma interpretação integradora e expansiva de diversas normas, tal direito encontra-se garantido e disponível.

Palavras-Chaves: Uniões Homoafetivas; Gestação por Substituição; Direito à Felicidade.

INVISIBILIDADE E LESBIANIDADE EM PAUTA: UMA ANÁLISE DO ESTADO COMO VIOLADOR DOS DIREITOS HUMANOS PRISIONAIS FEMININOS E SEXUAIS

Autora: Isadora Teixeira Glória Vargas

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a invisibilidade institucionalizada incidente no sistema prisional brasileiro em relação às lésbicas e à ausência de políticas para a promoção dos direitos fundamentais de tal minoria sexual. Tem o escopo de fazer considerações acerca da cultura machista na sociedade brasileira, inserindo a mulher como mero objeto a ser utilizado e descartado como bem queira o homem. Tem ainda a intenção de elucidar questões relativas à resistência lésbica e conseqüentemente feminista, como forma de manter viva a história da lesbianidade, que por séculos foi apagada e discriminada no Brasil e no mundo. Conseqüentemente, traz à baila discussões acerca da violação de direitos humanos prisionais, femininos e sexuais, tornando a mulher alvo de inúmeras vulnerabilidades que não seriam necessárias se o poder público arcasse com seus deveres, fazendo valer as normas já existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, tratar da invisibilidade que permeia o sistema penitenciário feminino brasileiro em relação à lesbianidade, deixando esse grupo à margem da sociedade, sem qualquer direito fundamental ou atenção Estatal. A construção do presente estudo parte do método dedutivo e do método historiográfico, empregando-se como técnicas de pesquisa: a pesquisa documental e a revisão de literatura sob o formato sistemático, bem como análise de dados secundários disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Palavras-Chaves: Lesbianidade. Invisibilidade. Direitos Fundamentais. Sistema prisional.

INFORMATIZAÇÃO E VIOLAÇÃO DE PRIVACIDADE: UMA ANÁLISE DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA

Autora: Lara dos Reis Lacerda

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O escopo do presente é analisar a pornografia de vingança à luz dos direitos fundamentais e do ordenamento jurídico nacional. Os direitos sexuais são elementares da constituição de uma vida digna, nesse interim, o presente trabalho, buscou demonstrar como a evolução dos direitos humanos, através da concretização da dignidade da pessoa humana em âmbito interno e externo deve garantir-se o direito de liberdade sexual, sem que as inovações tecnológicas possam ferir o direito à privacidade. Tal tema tem estrita ligação aos direitos humanos fundamentais, eis que diz respeito à dignidade da pessoa humana, o direito a intimidade, o direito à liberdade, possuindo, portanto, estrita ligação a personalidade do indivíduo na construção de seus valores. Deste modo, a presente pesquisa, em suma, demonstra a importante vertente da dignidade da pessoa humana no âmbito dos direitos sexuais, passando sob uma análise da informatização, como um potencial mecanismo violador da privacidade e que enseja, cada vez mais, a pornografia de vingança, que é justamente a divulgação de vídeos e imagens intimadas da antiga companheira visando causar dor e sofrimento e que por via reflexa atinge os direitos fundamentais da vítima, que sofre uma violência moral diante de tal ato. Ademais, em que pese a proteção do texto constitucional sobre o direito à privacidade, é notória a necessidade de uma releitura jurídica na nova era digital, dada as novas formas de violações, necessitando-se, portanto, de uma reforma legislativa que seja capaz de abarcar os novos fenômenos sociais. A metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo, valendo-se da

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

Curso: Direito

revisão de literatura sob o formato sistemático e a pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

Palavras-chaves: Privacidade; Informatização; Pornografia de vingança.

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM BOM JESUS DO ITABAPOANA: UMA ANÁLISE DO PACTO ORÇAMENTÁRIO

Autora: Larissa Dias Vasconcellos

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: No intuito de se apontar o impacto da judicialização da saúde no orçamento municipal, o presente trabalho visa analisar o direito à saúde enquanto garantia constitucional no desdobramento do direito à vida e também do fundamento de desenvolvimento de uma sociedade justa com a promoção do bem de todos. Para tanto, a discussão não pode olvidar de mencionar também a intrínseca garantia e proteção da Dignidade da Pessoa Humana, fundamento basilar do ordenamento jurídico brasileiro. O direito à saúde, materialmente estabelecido na Lei Maior como um direito Social transporta ao Estado a imperiosa proteção e garantia da saúde digna à população, incluindo proteções específicas, como a proteção da saúde no trabalho, a proteção à saúde da mulher, da criança e do adolescente, dentre outras temáticas que apenas servem para comprovar tamanha significância e proteção que o assunto confere, destacado pela própria Constituição. Como metodologia, empregou-se os métodos historiográfico e dedutivo; já, como técnicas de pesquisa, optou-se pela utilização da revisão bibliográfica, sob o formato sistemático, revisão de literatura e análise quali-quantitativa de dados secundários. Assim, compreende-se que a discussão vai muito além do que é moralmente certo ou errado, mas adentra em aspectos da própria condição da máquina pública poder garantir, ou não, acesso à medicamentos e tratamentos que em alguns casos podem se mostrar até mesmo gastos superiores à arrecadação de alguns entes da federação.

Palavras-Chaves: Judicialização da Saúde; Medicamentos; Direito à Saúde; Dignidade Humana; Poder Público.

O DESVIRTUAMENTO DO QUINTO CONSTITUCIONAL NO TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO E NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO

Autor: Lourival Cavichini Neto

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumo: O tema proposto é considerado por muitos estudiosos como assunto de grande relevância social, sobretudo no mundo jurídico, já que é pertinente a um dos modos de composição da justiça brasileira. Há outras formas de preenchimento das vagas nos tribunais especificadas no ordenamento constitucional, inclusive a dos Tribunais Superiores. Contudo, diante da grande variação de tal instituto no País, serão analisadas algumas nomeações no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e dos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Espírito Santo (TJES), relacionando-se, algumas delas, à ocorrência do nepotismo. A problemática a ser abordada no presente estudo, desta forma, se refere à seguinte indagação: há um desvirtuamento do quinto constitucional, em algumas nomeações, no âmbito do TRF2 e da magistratura fluminense e capixaba, podendo favorecer o surgimento do nepotismo? Como objetivo, buscar-se-á analisar, comparativamente, os argumentos utilizados para identificar possível desvirtuamento do quinto constitucional nas cortes de segunda instância fluminense e capixaba e no TRF2; como objetivo específico, busca-se, ainda, revisar a bibliografia que trata sobre a gênese do quinto em âmbito brasileiro e analisar as teses contrárias e a favor da manutenção do quinto no Brasil. Este projeto foi baseado em pesquisa bibliográfica qualitativa de artigos extraídos da rede mundial de computadores, com utilização do método dedutivo. A técnica utilizada para a coleta e análise dos dados será a

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

Curso: Direito

revisão bibliográfica; coleta de artigos científicos publicados na rede mundial de computadores e em periódicos sobre o tema.

Palavras-Chaves: Quinto Constitucional; Desvirtuamento; Tribunal Regional Federal; Tribunais dos Estados; Rio de Janeiro e Espírito Santo.

**FRAGILIDADES NO PROCESSO DA DELAÇÃO PREMIADA NO
DIREITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS MEANDROS E
DISRUPTURAS DAS DELAÇÕES PREMIADAS À LUZ DO CASO
ALBERTO YOUSSEF**

Autor: Luiz Cláudio de Almeida Queles

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O presente estudo buscou aprofundar-se no estudo da delação premiada homologada na “Operação Lava Jato”, realizada entre o Ministério Público Federal e o doleiro Alberto Youssef. Esse importante instituto é visto como um instrumento facilitador do sistema processual penal brasileiro, sendo regulamentado através da Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, na qual estabelece taxativamente os meios possíveis de realização da delação em processos que envolvem o crime organizado, possibilitando assim, a obtenção de provas e desmembramento da criminalidade que tanto assola o país. Todavia, a utilização desse instrumento nos acordos homologados na operação “Lava Jato”, a exemplo do caso do Alberto Youssef, encontra-se em total desconformidade com a lei, ao ofertar ao delator benefícios não previstos no texto legal, ou seja, desvinculando o instituto da delação premiada dos princípios éticos e morais do processo penal brasileiro. A metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização do método historiográfico e do método dedutivo. Como técnicas de pesquisa, optou-se pela revisão de literatura, sob o formato sistemática, bem como análise de caso.

Palavras-Chaves: Delação Premiada; Lava Jato; Crime Organizado.

O INSTITUTO DO *HABEAS CORPUS* COLETIVO FRENTE AO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STF

Autor: Luiz Fernando Pimentel da Silva

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O escopo do presente é analisar a compatibilidade do instituto do *habeas corpus* coletivo, no atual cenário jurídico, mostrando seus fundamentos e sustentações, demonstrando a perspectiva histórica, tratamento e reconhecimento do instituto, que busca tutelar garantias asseguradas na Constituição Federal. A importância do presente estudo reside na existência de recentes decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sentidos contrários ao que busca tutelar a garantia individual do cidadão por meio do remédio heróico, pois, justificam-se quanto a análise do caso concreto, para a possível concessão do direito. Ainda, estando pacificado o entendimento quanto a concessão do instituto, a coletividade, que em sua grande parcela, em situações marginalizadas e minorias silenciadas podem se valer desse remédio constitucional para verem assegurados os seus direitos. Portanto, necessário o firme posicionamento dos Tribunais Superiores, para que não haja entendimentos remotos de forma que o universo jurídico tenha autonomia e segurança em seus posicionamentos para julgar o instituto coletivo. A metodologia empregada na construção do presente apoiou-se nos métodos historiográfico e dedutivo. Como técnicas de pesquisas, optou-se pela utilização da revisão de literatura sob o formato sistemático e análise jurisprudencial.

Palavras-Chaves: *Habeas Corpus* Coletivo; Garantia Constitucional; Supremo Tribunal Federal.

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: UMA ANÁLISE DO DIREITO À SAÚDE COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL E O RECENTE POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Autora: Michele Aparecida Carvalho Coelho Fonseca

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: A saúde é uma constante de suma relevância para concretização dos objetivos de todos seres humanos. Nesse viés, fora realizada a presente pesquisa com o objetivo de analisar as nuances da saúde como um direito subjetivo do cidadão. Para tanto, a metodologia empregada pautou-se no método dedutivo, auxiliado da revisão de literatura sob o formato sistemático e da pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa. Sabe-se que o direito à saúde fora contemplado no texto constitucional, em seu artigo sexto, como sendo um direito social, que é dever do Estado prestar aos indivíduos, com a finalidade de preservar uma existência digna com o mínimo existencial. A judicialização da saúde se deu por conta do grande número de decisões judiciais obrigando o Estado a cumprir o fiel texto constitucional, e este para denegar o cumprimento desse direito fundamental, passou a se valer da chamada “teoria da reserva do possível”. Segundo aludido teoria, quando o Estado não possui recursos suficientes para arcar com a totalidade dos direitos fundamentais, poderá usar tal justificativa para conferir prioridade a efetivação de determinado direito em detrimento de outro. Ora, trata-se de um descumprimento flagrante do Texto Constitucional. Ademais, o planejamento financeiro do Estado deve prever o cumprimento da Lei Maior de forma efetiva, não havendo espaço para lacunas. Portanto, apesar do reconhecimento do dever do Estado em promover o acesso à saúde, a jurisprudência

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

Curso: Direito

do Supremo Tribunal Federal começou a se declinar no sentido de que é necessária uma maior racionalização nas demandas que versam sobre direito à saúde. Neste aspecto, foi conferida ênfase principalmente no caso de fornecimento de medicamentos, que, quando não são padronizados, devem seguir uma linha de critérios para sua disponibilização pelo ente público, a fim de não comprometer os recursos estatais.

Palavras-Chaves: Saúde; Direitos Fundamentais; Reserva do possível.

A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA NA PROMOÇÃO DO DIREITO EDUCACIONAL

Autora: Penha Aparecida Andrade Félix

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: O objetivo principal é, à luz da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, verificar a participação familiar na educação escolar, como forma de promover o melhor ensino e desenvoltura dos filhos, bem como discorrer acerca do instituto e historicidade da criança e adolescente e sua legislação mormente. É cediço que a família é o principal alicerce para o desenvolvimento sadio e o crescimento profissional da pessoa, sendo a base e formação de valores particulares e sociais do indivíduo. Em outras palavras, a família é denotada como elemento essencial no sucesso ou fracasso na educação. Sendo assim, a família é o primeiro contato social da criança, esta deve se inserir em seu desenvolvimento escolar, a fim de tornar mais sadio e eficaz seu processo educacional através da participação e incentivo do núcleo familiar. Acentua-se que o processo do desenvolvimento educacional no Brasil denota a importância da participação dos pais na vida escolar do aluno dando a base de valores necessária para que a base de valores seja formada ao longo do período escolar. É de grande valia mencionar que a Escola não consegue gerir singularmente a educação do aluno, sendo evidente que a responsabilidade familiar é algo que tem que ser explorado na educação, sendo esta considerado um direito fundamental no texto da constituição de 1988. Assim, para sua efetiva concretização demanda a imposição do dever solidário do Estado e dos pais ao promoverem a educação da criança e do adolescente, que formam o futuro da nossa nação, que são o alicerce da base social para formação de novas culturas, novos valores e principalmente capazes do rompimento de certos dogmas ainda vivenciado, a esperança de uma qualidade educacional passa pelo critério da

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

Curso: Direito

responsabilização social dos pais em parceria com a Escola. A metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo, bem como, como técnicas de pesquisa, da revisão de literatura e pesquisa bibliográfica.

Palavras-chaves: Doutrina da Proteção Integral. Direito à Educação. Família.

ALIENAÇÃO PARENTAL, DESCONSTRUÇÃO AFETIVA DA VÍTIMA E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS: A SÍNDROME DAS FALSAS MEMÓRIAS IMPLANTADAS E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO

Autora: Raquel da Silva Francisco

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Resumo: No presente trabalho, analisa-se o fenômeno da Síndrome Alienação Parental, em especial os casos que envolve o Direito Civil Brasileiro, e que se apresenta como um assunto extrema relevância. Assim, como é cediço, trata-se de algo novo para o Poder Judiciário, recente nos casos de divórcio e de dissolução de união estável. No primeiro momento do trabalho, analisar-se-á sobre a síndrome de Síndrome da Alienação Parental e Alienação Parental, ou seja, suas causas e efeitos sobre as crianças e\ou adolescentes, depois as formas de alienação e métodos utilizados pelos genitores para conseguir ficar com o filho, que possui a síndrome. Tem como finalidade analisar as implicações e consequências, para o Direito, da síndrome das falsas memórias implantadas. A abordagem é propriamente qualitativa, visando examinar o contexto fático do conteúdo tendo como parâmetro o ordenamento jurídico brasileiro. Os quais abordaram o tema central de forma direta ou indiretamente. É visível e principalmente sentido a mudança radical que aconteceu na família contemporânea, porém, insta frisar que o afeto, amor e carinho são elementos centrais das entidades familiares, hoje mais múltiplas que qualquer outro instituto do direito brasileiro. Neste rumo a convivência familiar é imprescindível para a boa formação da criança e adolescente, e quando isso não ocorre os resultados são lesivos e prejudica muito o desenvolvimento dos filhos.

Palavras-Chaves: Alienação parental; Família; Afeto; Lei 12.318/10.

A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: ANÁLISE DA LEI Nº. 13.718/2018

Autora: Renata Manguiera Gomes

Orientador: Prof. Me. Váldeci Ataíde Cápua

Coorientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Resumo: Embora o Código Penal Brasileiro seja considerado moderno, foi lançado em 1940. No entanto, muitas condutas não são tipificadas como crime ou, pelo menos, não era. Nesse interim, foi instituída a Lei nº. 11.718/2018, que trouxe alteração no Código Penal ao inserir o artigo 215-A, que tipifica a importunação sexual como crime, estabelecendo rol de crimes contra a liberdade sexual. Em arremate, houve a revogação da contravenção de importunação ofensiva ao pudor, disciplinada no artigo 61 do Decreto-lei 3.688/1941. Destaca-se, portanto, que o referido tipo penal foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de garantir a proteção do bem jurídico, sobretudo a liberdade sexual da vítima e punir o autor da prática de ato libidinoso, que pelas circunstâncias fáticas não configura crime de estupro. No entanto, deve ser ato doloso capaz de satisfazer a lascívia do agente e ofender a liberdade da vítima ao mesmo tempo. Deste modo, o estudo em questão tem por objetivo geral apresentar as principais inovações trazidas pela Lei nº. 13.718/2018, que tipifica o crime de importunação sexual no ordenamento jurídico brasileiro. Utilizando-se, para tanto, a metodologia a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e exploratória. Ao fim, conclui-se que a Lei nº. 13.718/2018 foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro, de modo a preencher a lacuna legislativa existente quanto da prática de atos dessa natureza. Importante registrar que, observando a sua singularidade, o crime de importunação sexual configura-se com crime comum, podendo ser praticado por qualquer

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2019.1)

Curso: Direito

indivíduo, sendo do mesmo gênero da vítima ou não. Assim como, a vítima pode ser qualquer pessoa, compreendendo os vulneráveis.

Palavras-Chaves: Direito Penal; Crimes contra a Dignidade Sexual; Importunação Sexual; Liberdade Sexual.